

cada vez maior escassez de carvão coqueificável (o que hoje lhe prenuncia dias negros: é, aliás, baixa a utilização da capacidade instalada).

O aumento acelerado dos preços de sucata, desde 72-73, acompanhado de escassez e restrições à exportação em vários países. Entre nós o problema não se tem posto, mas, com o arranque da unidade do Porto, ocorre perguntar onde irá a S.N. buscar a sucata, e a que preço

O aumento acelerado dos preços internacionais do aço (que não se prevê ser temporário), o que explica que hoje o sr. Champalimaud pugne pela "integração europeia", coisa que há bem poucos anos o poria apoplético

O aparecimento de novas tecnologias e de novos "conceitos" de unidades siderúrgicas, as mini-siderurgias, que exigem muito menores investimentos (sobretudo por dispensarem altos-fornos), quer por "unidade de produção", quer por tonelada de produto.

É a partir destes novos elementos que, naturalmente, tem de ser analisada, e não só de um ponto de vista técnico, a questão do Plano Siderúrgico Nacional. Sem esquecer que nos encontramos num País capitalista, julga-se que a intervenção do Estado nas indústrias básicas deveria precisamente permitir introduzir critérios de investimento não escravizados à óptica do lucro, contrariamente à orientação em que se fundamentou essa intervenção no caso da S.N., ou seja, a de que o Estado era o garante de uma alta rentabilidade para os seus accionistas maioritários.

Se se admitir que são critérios prioritários a criação de empregos e o aproveitamento máximo de recursos nacionais, crê-se ser difícil justificar o investimento de mais de 20 milhões de contos (ainda que fosse possível obtê-los à custa de endividamento externo) num empreendimento que criará apenas uns 4 milhares de postos de trabalho, exportando (para onde?) grande parte da produção e do emprego induzido, tendo de importar enormes quantidades de matérias-primas. E sê-lo-á sobretudo se tivermos em conta que, a reconhecer-se o real interesse de aumentar a capacidade siderúrgica nacional — ponto que não é pacífico —, um nível equivalente de cobertura das necessidades de aço poderá, muito provavelmente, ser obtido com uma unidade representando um investimento entre 1/3 e 1/4 do anterior, aproveitando ao máximo as reservas de ferro nacionais (combinação: pirites-adubos-poletização-pré-redução-mini-siderurgia), e fabricando produtos planos impulsadores de indústrias fortemente criadoras de empregos, como são as metalomecânicas e a

construção naval. Mas é claro que um plano assente nesta alternativa, que implica uma articulação de vários sectores básicos, incluindo a refinação de petróleo, seria impensável deixando cada um deles entregue à sua lógica de desenvolvimento capitalista. Só o domínio pelo Estado da capacidade de planeamento integrado desses sectores poderá permitir a melhor orientação dos respectivos investimentos. Por isso mesmo nos parece ter, desde logo, pouco sentido falar de "Plano Siderúrgico" isoladamente.

Traria todo este esforço de imaginação uma substancial alteração, ou constituiria um ataque decisivo ao poder capitalista em Portugal? Certamente que não; já se sabem quais são os limites que tem toda a acção deste tipo. Mas se a intervenção do Estado não servir para mudar radicalmente os critérios de investimento, subtraindo este, em sectores vitais, às motivações dos grandes grupos monopolistas e enquadrando-o em claros objectivos políticos, então para que servirá? Dir-se-á que reservar para si o Estado os investimentos menos rendíveis ou,

pelo menos, não se preocupar prioritariamente com esse critério é de facto contribuir para melhorar a rentabilidade dos investimentos privados. É, sem dúvida, um efeito inevitável, enquanto o quadro geral for capitalista, mas essencialmente no que se refere aos investimentos públicos de infra-estrutura (portos, estradas, energia, urbanização, etc.). Não o é necessariamente no caso de investimentos produtivos.

Onde acabámos por chegar, no fim de tudo isto? A uma noção que vai muito para além de qualquer plano siderúrgico: a de que aos trabalhadores, fonte de toda a acumulação, não pode ser indiferente a forma como são utilizados os resultados dessa acumulação. Ou, dito de outro modo, que não se pode aceitar que um Governo que se declara programaticamente pelos trabalhadores, apesar de tudo, adopte ou deixe adoptar os mesmos critérios de investimento que fizeram deste País o que ele é hoje.

JOÃO MARTINS PEREIRA

ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE SINES

Trata-se de questões que gostaríamos de ter visto postas ao dr. Vítor Constâncio quando da sua recente passagem pela T.V. Vamos a elas:

● Dado o estado de avanço das obras de Sines, crê-se tratar-se de um projecto "irreversível". Mas não é, apesar disso, inútil pôr-se a questão: considera-se hoje ter sido uma decisão de planeamento correcta, ou não; e porquê?

● O inquérito que foi determinado ao gabinete da Área de Sines diz respeito apenas à sua forma de actuação, por exemplo no caso das expropriações, ou incide também sobre a responsabilidade dos seus principais dirigentes na fundamentação técnica da decisão, bem como na escandalosa subestimativa dos investimentos (recursos públicos, não esquecer)? Quais os resultados de tal inquérito? Como nota à margem, pensa-se que os inquiridos terão sido totalmente ilibados, já que, posteriormente, alguns se viram atribuir pelo Estado funções de alta responsabilidade. Mas interessaria saber.

● Em que medida um empreendimento centrado sobre o "petróleo" (terminal petrolífero, refinaria, petroquímica e, mais tarde, fábrica de automóveis) não será seriamente afectado pela tão falada "crise do petróleo", com todas as suas consequências?

● A preferência pela localização em Sines, apoiada em boa parte na ideia de volumosas exportações de pirite, conservará este "suporte" justificativo (aliás já muito duvidoso em 1971)?

● Qual a medida exacta em que os investimentos em curso estão a exceder os programados? Conserva o projecto, por isso e pelo já visto, alguma viabilidade "social"? Em suma, não se tratará de um enorme desperdício de recursos (ainda que não haja outra solução senão a "fuga para a frente", tentando minimizar os prejuízos)?

● Não será demasiado cómodo dizer que foi o "fascismo" o responsável de tudo isto? Era o "fascismo" que planeava e decidia em abstracto, ou eram pessoas ao seu serviço? Não teremos nós todos (e não só os gabinetes ministeriais) direito a saber tudo isto?

J. M. P.